



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.246/2007

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer doação de imóvel à APAE estabelecida no Município e dá outras providências.

O povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, nos termos do art. 106 da Lei Orgânica Municipal de Lajinha, a DOAÇÃO, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAJINHA – (APAE), do imóvel denominado RUA JÚLIO BRANDÃO, no Bairro do Itá, n/Município, constante de um lote de terras legítimas medindo 20-(vinte) metros de frente, 20-(vinte) metros de fundos, 30-(trinta) metros nas laterais, totalizando 600-(seiscentos) metros quadrados, e de toda sua construção, inacabada, ali encravada, imóvel este registrado no CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS D/COMARCA sob o nº: 1.970, no seu livro 02, a fim de que ali possa haver a instalação da sede da associação n/Município.-

Art. 2º - Fica o Poder Executivo dispensado de proceder à concorrência pública, na forma do inciso I, do art. 106 da Lei Orgânica Municipal.-

Art. 3º - A doação a que se refere o artigo primeiro desta lei reverter-se-á, de pleno direito, com todos os seus acessórios, sem direito a qualquer espécie de indenização por parte da donatária, à plena propriedade do doador, se a APAE encerrar suas atividades no Município, ainda que temporariamente, pelo prazo ininterrupto de 60-(sessenta) dias.-

Parág. Único – As condições da presente doação, constantes do caput deste artigo, devem constar de forma clara na escritura a ser outorgada pelo Município à donatária APAE, com cláusula de retrocessão do imóvel objeto da doação, com todos os seus acessórios, em caso de seu menor descumprimento.-

Art. 4º - As despesas para outorga da escritura de doação do imóvel e seus acessórios citados no artigo 1º desta lei, seu registro, correrão por conta da APAE.-

Parág. Único – A APAE só poderá entrar na posse do imóvel objeto da doação a partir do momento em que fizer a sua escrituração com as condições aqui impostas.-

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.-

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO
DOIS MIL E SETE. (06/06/2007)

Ver. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 04/07/2007, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo